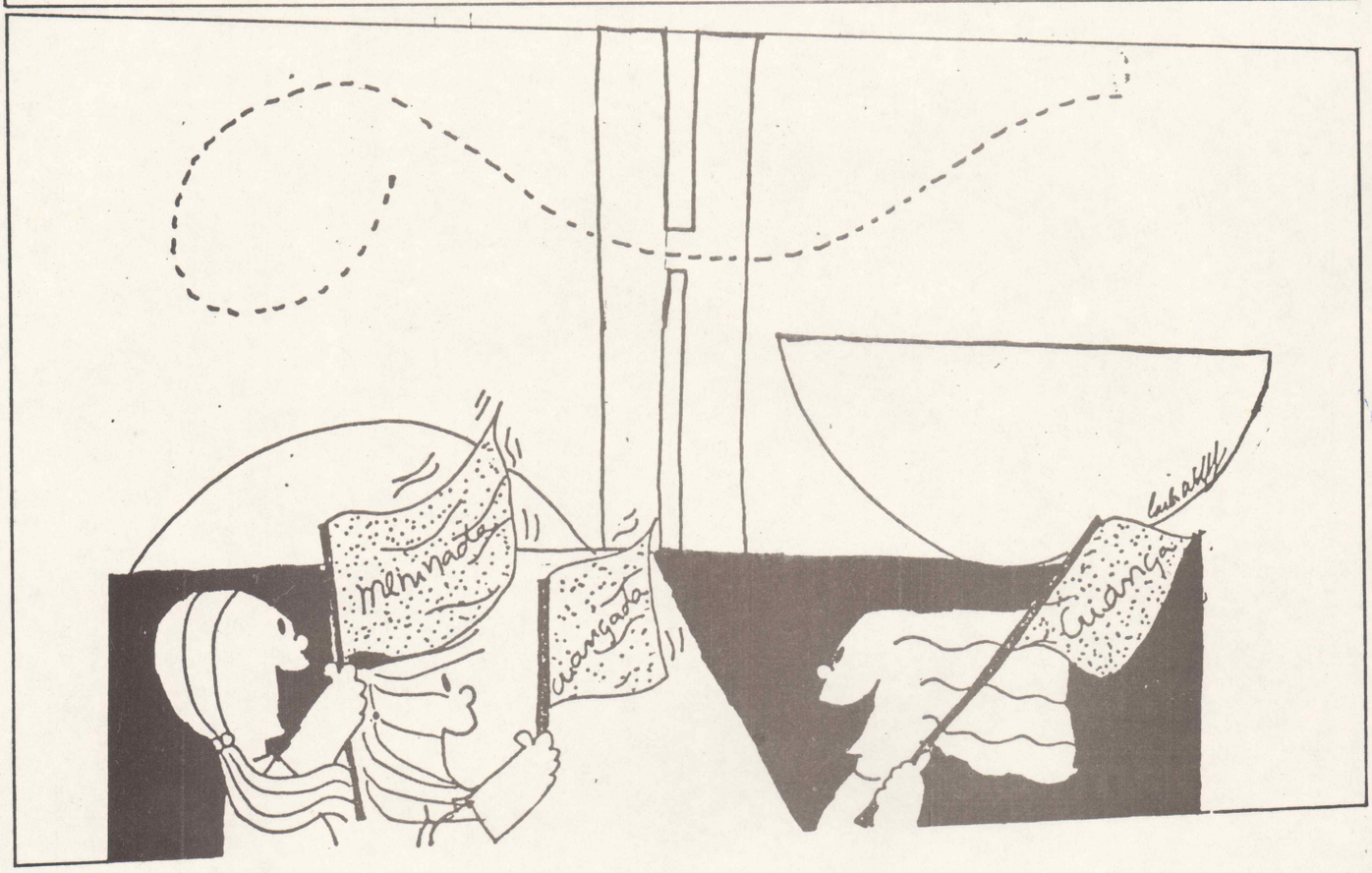
CRIANÇA & CONSTITUINTE

Informe nº 8 – ago/87 – Comissão Nacional Criança e Constituinte – Brasília-DF
Fone (061) 225-5963 / 214-8637



Direitos da criança e adolescente: a luta continua

A emenda popular em favor dos direitos da criança e adolescente já está em poder dos constituintes desde o dia 12 de agosto. Ela foi entregue em ato público juntamente com outras 36 propostas de emendas abordando diversos temas como direitos do índio, reforma agrária, diretas já, etc. A mobilização continua – avisa a Comissão Nacional Criança e Constituinte e demais entidades envolvidas com a questão do menor. As reivindicações não ficam asseguradas apenas com a entrega formal de propostas à Constituição, porque estas precisam de aprovação da maioria dos parlamentares.

Numa manifestação que lotou o salão negro do Congresso, as emendas foram entregues – acompanhadas por pilhas de documentos (abaixo-assinado) que somaram (incluindo as 31 propostas anteriores) 8 milhões de assinaturas.

A comissão Nacional Criança e Constituinte, entregou a sua proposta respaldada por um abaixo assinado de 45 mil assinaturas. Até aquela data não haviam chegado a Brasília assinaturas de vários Estados. Essas novas adesões podem juntar-se -a Proposta em mãos, no momento, da Comissão de Sistematização, onde será analisada iniciando a tramitação legal até ser votada.

Para o coordenador da Comissão Nacional Criança e Constituinte, Vital Didonet, esta é mais uma etapa num processo de participação, do qual é importante participar. "Temos que ficar atentos aos constituintes, pois corremos o risco de ver artigos serem suprimidos ou não explicitados devidamente."

Didonet acrescenta que o resultado da campanha pelas assinaturas foi surpreendente: "distribuimos o material com um mês de antecedência e em Brasília a mobilização foi feita de fato em apenas duas semanas", diz. Isso se explica porque a Comissão foi criada para promover inicialmente uma ampla discussão do tema criança no País e muitas de suas propostas já estavam incluídas no Projeto de Constituição. "Mas no fim do processo de conscientização, optamos por apresentar também a emenda popular como forma de garantir a discussão de nossas propostas integrais."

Ele reforça a necessidade de se continuar o trabalho nas comissões estaduais e entidades envolvidas com o movimento, fazendo uma pressão permanente para que os direitos das crianças sejam garantidos. "Esse passo à frente não pode ser dado em falso, por isso devemos continuar atentos."

Avaliação

A Comissão Nacional Criança e Constituinte se articulou com outros movimentos de acompanhamento da Constituinte que estavam angariando assinaturas para Emendas Populares por entender que uma ação conjunta daria mais força à participação do povo nesa fase. Outra importante razão era de que a causa da criança transcende os temas específicos que foram abordados no documento: "A Criança e o Adolescente – propostas para a Assembléia Nacional Constituinte". As questões como saúde, educação, reforma agrária, políticas de emprego e salário, redistribuição de renda, descentralização da administração pública e reforma tributária, habitação, tem a ver com a criança e o jovem, pois os afetam diretamente.

Ao participar do ato conjunto de entrega das Propostas de Emenda Popular à Constituinte, a CNCC pretendeu somar o resultado do trabalho de quantos, em todo o país, promoveram a Emenda sobre os Direitos da Criança e do Adolescente ao trabalho dos que defendiam aquelas questões mais gerais e, assim, confirmar que não se encontram soluções completas para crianças e jovens desarticuladamente dos esforços que se fazem para alcançar uma nova ordem econômica, política e social. Além disso, nas diversas reuniões de programação do evento e discussão no Forum de Entidades que promoviam Emendas, a CNCC "vendeu a idéia" da importância dos temas específicos sobre a criança e o jovem. Tanto assim que, no Ato Público que se seguiu à entrega das Emendas, diversos oradores fizeram menção às questões da criança no Brasil.

Se esse é um dado positivo, que amplia o significado do Movimento Criança e Constituinte, há outro aspecto, que podemos considerar negativo: nossa Proposta não teve destaque na imprensa. Era de se esperar que a imprensa fizesse referência apenas às Emendas que alcançaram maior número de assinaturas, dentre as 31 que foram entregues.

O importante, agora, é defender a Proposta em Plenário, quando o representante indicado pelas três entidades que a subscreveram for convocado. Paralelamente, é necessário continuar os contatos com os Constituintes que já se uniram à nossa causa, para assegurar o voto de cada um. Não podemos cair na ilusão de que tudo está garantido para a criança e o jovem. No "enxugamento" de artigos do Projeto de Constituição há riscos de que os referentes à criança sejam suprimidos "por não serem polêmicos", dizem alguns Constituintes, e "não causarem surpresa ou reação", ou "porque ficam bem na legislação ordinária".

Nossa atenção deve ser redobrada, agora, porque estamos na fase decisiva: os textos semi-finais da Constituição começam a ser redigidos. Se a nova Constituição continuar tão genérica quanto a atual no que se refere à criança, podemos estar certos que nem a legislação ordinária se dedicará às questões que nosso movimento apontou como prioritárias e urgentes. Pois a urgência estaria na elaboração da legislação especial e ordinária sobre os outros pontos que a Constituição estabelecer. A criança ficaria, outra vez, para outro tempo.

Se já conseguimos tanto espaço para a criança e o adolescente nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas e no Projeto de Constituição, temos que assegurar, até o fim, a sua permanência e, ainda mais, a sua melhor adquação.

Vital Didonet

Cobrança aos Constituintes

Após o Ato de entrega da Proposta Popular de Emenda no dia 12/08, a Comissão Nacional Criança e Constituinte encaminhou telex para todas as Comissões Estaduais chamando a atenção para o envio de telegramas aos Constituintes.

Nessa correspondência consta o aviso da entrega e a cobrança de uma atenção redobrada em defesa da proposta.

AGRADECIMENTO

Agradecemos às Comissões Locais e todas as pessoas que desenvolveram o trabalho de divulgação, mobilização e coleta de assinaturas em favor da criança. As 45 mil assinaturas conseguidas em curto espaço de tempo, demonstraram o nível de envolvimento conseguido pela campanha. A luta em favor da criança e adolescente e em defesa de todas as aspirações populares continua.

Comissão Nacional Criança e Constituinte